

Dívida pública aumenta 44% em um ano

*Débito da União atinge R\$ 254,4 bilhões
com a emissão de papéis para refinarciar
déficit da Previdência e governo paulista*

O governo federal fechou o ano de 1997 com uma dívida mobiliária (em títulos) de R\$ 254,4 bilhões. O valor é 44,4% superior ao do ano anterior, informa o Banco Central (BC). A emissão de títulos (papéis que o governo utiliza para captar dinheiro no mercado financeiro) se concentrou no mês de dezembro, quando a dívida teve um aumento de R\$ 46,1 bilhões.

Entre novembro e dezembro, o endividamento federal cresceu 22,1%. O efeito da renegociação da dívida do Estado de São Paulo aparece mais claramente na parcela administrada pelo Tesouro Nacional que assumiu o débito paulista para depois cobrá-lo com juros mais baixos e prazos mais longos. A dívida de responsabilidade do Tesouro era de R\$ 141,3 bilhões em novembro e subiu para R\$ 225,7 bilhões em dezembro. Foi um salto de 59,7%.

O chefe do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central, Altamir Lopes, explicou que o Tesouro Nacional emitiu, em dezembro, R\$ 56,7 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) para concluir a operação com São Paulo. Além disso, foram emitidos outros R\$ 6 bilhões em LFTs para socorrer a Previdência Social, que não tinha recursos em caixa para pagar o décimo-terceiro dos aposentados e pensionistas. Outros R\$ 8,6 bilhões de LFTs foram emitidos para operações normais do Tesouro, segundo o técnico do BC.

Houve ainda emissão de R\$ 5,4 bilhões de Notas do Tesouro Nacional (NTN) da série A-3, para serem trocados por títulos da dívida externa (*bradies*) que estavam em poder de instituições financeiras, R\$ 1,3 bilhão de NTN da série D, indexadas ao câmbio, e mais R\$ 4,6 bilhões em Letras do Tesouro Nacional (LTN).

ACORDO

Em dezembro, o governo federal também resgatou títulos no valor total de R\$ 27,4 bilhões, sendo R\$ 17 bilhões em Letras do Banco Central (LBC) da série E, que estavam em poder do governo paulista. São Paulo utilizava esses títulos para rolar sua própria dívida no mercado financeiro. Foram resgatados outros R\$ 7 bilhões em Bônus do Banco Central (BBC), para efeitos de política monetária, e mais R\$ 3,4 bilhões de NTNs da série H.

Dessa forma, segundo o chefe do Depec, houve uma colocação primária de R\$ 55,4 bilhões de títulos federais no mês de dezembro. O governo também resgatou, no mercado secundário, R\$ 4,5 bilhões de LTNs e outros R\$ 8,6 bilhões de LFTs que haviam sido utilizados para pagar a dívida do governo paulista com o Banespa. O governo federal ainda pagou R\$ 4,4 bilhões em juros. Contando-se os títulos colocado no mercado mais os juros, e subtraindo-se disso aquilo que foi resgatado, chega-se ao crescimento de R\$ 46,1 bilhões da dívida mobiliária federal registrado em dezembro.

O acordo da dívida de São Paulo reduziu o endividamento dos estados. São Paulo, que figurava em novembro com uma dívida mobiliária de R\$ 22,6 bilhões, a maior entre as unidades da Federação, aparece nas contas do BC com uma dívida, em dezembro, igual a zero. O endividamento do conjunto dos estados caiu, por conta da operação, de R\$ 54,5 bilhões para R\$ 32,8 bilhões.

MINAS

No dia 5 de fevereiro, deverá ser assinado o contrato de refinanciamento da segunda maior dívida do país, a de Minas Gerais — que, em dezembro, era de R\$ 10,9 bilhões. Tal como ocorreu com São Paulo, essa dívida deixará de ser de responsabilidade do governo estadual e passará para o Tesouro Nacional. Ela não existirá mais na forma de títulos, mas somente num contrato entre o governo do estado e o Tesouro Nacional.

A alta das taxas de juros também contribuiu para elevar o valor da dívida pública. “Mas o impacto não foi muito grande sobre a dívida federal, porque nem todos os títulos são remunerados pela taxa Selic”, observou o chefe do Depec. Ainda assim, a taxa de juros implícita na administração da dívida pública saiu de 15,8% ao ano, em outubro, para 22,8%, em novembro. Ainda não há dados disponíveis sobre dezembro.

Os números mostram, ainda, que o impacto do aumento de juros foi maior sobre as dívidas estaduais e municipais, que são integralmente corrigidas pela taxa de mercado. Para essas esferas de governo, a taxa subiu de 19,5%, em outubro, para 35,8%, em novembro.